

ORIGINAL ARTICLE

International Journal on Homelessness, 2023, 3(3): page 253-270.

Invisíveis Vigiaados: Agentes Públicos de Segurança e Sua Interação Com os Indivíduos em Situação de Rua

Emmanuelle Pereira Brandt De Azeredo ¹ | Andréa Maria Silveira ² | Marcus Vinicius Gonçalves Da Cruz ³ |

¹ Professora da Academia de Polícia Civil de Minas Gerais, Brasil Estado: Minas Gerais Cidade: Belo Horizonte
² Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) UFMG, Brasil Estado: Minas Gerais Cidade: Belo Horizonte
³ Pesquisador e professor da Fundação João Pinheiro (FJP/MG), Brasil Estado: Minas Gerais Cidade: Belo Horizonte

Corresponding Author: Emmanuelle Pereira Brandt De Azeredo
Email: manu.brandt@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7383-6958>

All content published in IJOH is licensed under a Creative Commons Attribution-Non-Commercial-Share Alike 4.0 International license (CC BY-NC-SA 4.0).

Received: 11 Jan 2023
Accepted: 17 Aug 2023

Resumo

O artigo analisa as percepções dos agentes das forças públicas de segurança sobre os indivíduos em situação de rua em uma metrópole brasileira. Tal análise mostra-se essencial para verificar a adequação/inadequação dos parâmetros de atuação do Estado em relação a essa população vulnerável. Realizou-se pesquisa qualitativa, descritiva por meio de estudo de caso com a Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte (GMBH) e a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, utilizando-se 18 entrevistas semiestruturadas. Os achados de pesquisa reforçam a discricionariedade como núcleo inerente à atividade das forças públicas de segurança na lide com as pessoas em situação de rua, a partir de um viés preconceituoso e estigmatizante, centrado em um policiamento de cunho tradicional, estruturado a partir de práticas repressivas e de sujeição criminal. O estudo evidenciou ainda uma atuação de cunho “higienista” por parte dos agentes públicos de segurança, de fiscalização e controle das pessoas e do espaço urbano, geralmente voltados para interesses de atores com maior voz no contexto social (comerciantes, agentes imobiliários, residentes etc.) e não às necessidades das populações vulneráveis. Por sua vez, enquanto os agentes da GMBH denotam maior grau de imersão e apreensão do contexto urbano, os policiais militares atuam visando a persecução do “inimigo”, não obstante o ethos policial guerreiro permear a ação de ambas as forças públicas de segurança. O estudo contribui para desvendar a ação policial no trato com populações vulneráveis em um contexto urbano marcado por desigualdades apontando para a necessidade de aprimoramento na formação policial.

Palavras-Chave

População em situação de rua; polícia militar; guarda civil; abordagem policial; Belo Horizonte; Minas Gerais; Brasil.

Introdução

A sociedade contemporânea é caracterizada pela convivência no espaço urbano (Frehe & O'Donnell, 2019), em que se destacam fenômenos como a desigualdade econômica e social (Van Ham et al., 2021), processos de gentrificação (Carneiro, 2019), poluição e degradação ambiental (Bauman, 2005), espasmos de violência

(Marques, 2021), criminalização da pobreza (Garland, 2001) e invisibilização dos desvalidos (Bursztyn, 2000), revelando uma miríade de conflitos entre contexto urbano, cidadão e Estado.

Os atores da cena urbana trazem perspectivas distintas em termos de sua atuação, significados, pertencimento e apropriação de

direitos e convivência em extratos diversos, de acordo com seus objetivos de sobrevivência (Welsh & Abdel-Samad, 2018). O Estado tem nas forças públicas de segurança sua faceta mais visível (Monjardet, 2003), voltada para a manutenção da ordem e aplicação da lei, lidando com cidadãos de distintos matizes que devem ser tratados igualmente perante a lei (Kant-de-Lima, 2013).

Executores fundamentais das políticas de segurança, estes atores se relacionam diretamente com os cidadãos durante a execução dos serviços ou políticas públicas, com possibilidade de se valerem do uso da força para exercer o controle dos indivíduos e da discricionariedade no modo como exercem sua autoridade e a tomada de decisões (Buvik, 2016; Lipsky, 2010; Maynard-Moody & Musheno, 2015; Raaphorst & Van de Walle, 2018). Os indivíduos em situação de rua, não apenas são constituintes deste cenário urbano, mas também são alvo de encontros e enfrentam circunstâncias típicas da atuação do Estado, tanto na seara da proteção social quanto da repressão (Carvalho et al., 2020; Goodison et al., 2020; Rui et al., 2016; Stuart, 2016). Expostas a todas as formas de descasos e violências diárias de ordem física, psicológica, exclusão social, intervenções violentas por agentes públicos, remoções arbitrárias, recolhimento ou subtração de pertences, negligência no atendimento, e ausência de políticas públicas, essa população materializa por meio de seus corpos uma condição precária, com traços de decadência material e psicossocial, cuja existência é comumente associada às ideias de descaso, preconceito, discriminação e desprezo (Bursztyn, 2000; Diamond et al., 2022; Pimenta, 2019).

No Brasil, a população em situação de rua sofre processo histórico de invisibilização, contando com poucos instrumentos de registro, identificação e caracterização socioeconômica. O número de pessoas vivendo em situação de rua no país vem aumentando progressivamente, atingindo aproximadamente 221 mil indivíduos (Silva et al., 2020), em que pese a estimativa desses dados estar longe de ser precisa, como indicado por Dias (2021). Tal cenário mostra-se particularmente impactado e agravado em razão da pandemia de COVID-19 (Tsai & Wilson, 2020), fenômeno que surpreendeu o mundo e repercutiu em uma crise sanitária global,

especialmente no que se refere aos seus desdobramentos como a crise econômica, desemprego, acirramento da desigualdade, dentre outros desafios (Krieger et al., 2022).

O presente artigo analisa as percepções dos agentes das forças públicas de segurança, vinculados à Polícia Militar de Minas Gerais e a Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte, acerca dos sujeitos em situação de rua, e sobre o modo como se apresentam os encontros entre esses dois atores, que incluem situações diversas envolvendo os protocolos policiais (abordagem, busca pessoal, prisão, condução, etc.).

Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, Brasil, possui uma população estimada de cerca de 2,5 milhões de habitantes, distribuída em uma área de apenas 330 quilômetros quadrados. Essa elevada densidade demográfica, como em grande parte das capitais brasileiras, “reproduz inúmeras condições precárias na provisão de acessibilidade e mobilidade urbana, devido aos diferentes níveis de acesso à terra, causando a periferização socioespacial e o agravamento da vulnerabilidade social, além da própria degradação ambiental” (Lessa & Lobo, 2021, p. 2).

Defende-se que a temática suscitada neste artigo se mostra contemporânea e de grande relevância pública, considerando-se que a reflexão sobre o padrão de ação estatal de gestão, controle e vigilância sobre a população de rua pode influenciar na ressignificação de ações e atenção dos poderes públicos acerca da temática (Tsai & Wilson, 2020). É fundamental compreender quais são os argumentos subjacentes a essa atuação e como se dá o controle da ordem pública, da violência e do crime (Buvik, 2016; Raaphorst & Van de Walle, 2018; Silva & Hüning, 2015; Snow et al., 1989), sem perder de vista o reconhecimento de direitos e das especificidades da população de rua. Por sua vez, ainda são escassas as referências teóricas e empíricas no caso brasileiro que discutem a relação entre as forças públicas de segurança e a população em situação de rua no cenário urbano do país, como atestam estudos como o de Medeiros et al. (2020).

Após esse texto introdutório, segue o referencial teórico resgatando os principais aspectos da temática da “situação de rua”, além de balizadores conceituais atinentes às funções e ao papel social das forças de segurança, especialmente ao lidar com públicos vulneráveis,

como é o caso dos sujeitos em situação de rua. O percurso metodológico segue descrito em continuidade, antes da apresentação dos resultados do estudo e da apreciação e exame crítico dos dados, restando a última seção destinada às considerações finais.

O Indivíduo em Situação de Rua e as Forças Públicas de Segurança

A exclusão social a partir de representações históricas e sociais, materializa-se dentre outros personagens, na figura do “morador de rua” (Alcântara et al., 2015). Esse processo e estado de exclusão produzem seres vulneráveis, frágeis, destituídos de vínculos sociais consolidados, ocasionando um fenômeno complexo e global. Entendendo-se a cidade enquanto espaço público, onde coexistem histórias, identidades, comportamentos e movimentos muitas vezes conflituosos, “a figura da pessoa em situação de rua está apartada do padrão de referência dominante de sujeito, e desconectada do convívio social com os ditos cidadãos “comuns”, considerados como indivíduos dignos, limpos, democráticos, moralizados, familiares, autônomos e trabalhadores” (Rui et al., 2016, p. 17).

Estudos situam o comportamento e a existência das pessoas em situação de rua como estando fora dos padrões de normalização (Aldeia, 2013; Sicari & Zanella, 2018), cuja corporalidade e visibilidade por vezes despertam repulsa, “corpos abjetos” (Prins & Meijer, 2002), ou “seres humanos refugados”, “excessivos”, “redundantes”, “que não puderam ou não quiseram ser reconhecidos”, “deslocados”, “inaptos” ou “indesejáveis” na perspectiva de Bauman (2005, p.12). As pessoas em situação de rua, por trazerem em seus corpos e identidades a capacidade de despertar sentimentos e emoções contraditórios (Aldeia, 2013; Krieger et al., 2022), tornam-se destinatárias de reações, ora de repulsa, culpabilização e repressão, ora de compaixão e vitimização.

Espalhados pela cidade, especialmente próximos das áreas comerciais, onde se verifica o acúmulo e a intensa circulação de pessoas, encontram-se esses indivíduos ditos invisíveis, “não-cidadãos”, “bem diferentes de um ser humano comum”. Apelidadas de “vadios, vagabundos, malandros, preguiçosos,

maltrapilhos, coitados”, essas pessoas, apesar de existirem, são ignoradas e passam despercebidas no cotidiano da vida urbana e pública (Jacobi & Teixeira, 1997, p. 5). Essa desvinculação nas dimensões socioafetiva, familiar, econômica e laboral acaba por ensejar ausência de sentimento de pertença e reforço do isolamento social, além de culminar em processos identitários de cunho negativo, pejorativos ou precários. Esse fenômeno excludente parece ser fruto do sistema de produção capitalista dominante, além de estar associado a uma série de transformações econômicas como o desemprego, a precarização dos vínculos e relações de trabalho (Rosa, 2005).

Para Alcântara et al. (2015), apesar da heterogeneidade ser um dos principais atributos das pessoas que vivem em situação de rua, a promoção e o acesso a direitos fomentados pelas diversas agências públicas, nem sempre priorizaram a singularidade desses sujeitos, alternando medidas e ações que merecem ser alvo de discussão e críticas.

Em se tratando das agências públicas que se voltam para essa população, destacam-se as instituições de repressão, gestão e controle (dos corpos e espaços), como as polícias, principalmente a militar, a guarda municipal e os órgãos de fiscalização das prefeituras, todos ostensivamente preocupados com a manutenção da ordem e da segurança públicas, atrelados a uma perspectiva tradicional de segurança pública. Quando se reflete acerca das funções e do papel social das forças de segurança, não há como desconsiderar o modo como seus agentes agem e interagem com a comunidade e como seu posicionamento está intrinsecamente relacionado à modulação de desigualdades na sociedade e à produção de justiça e de injustiça social (Portillo & Hudes, 2014).

Com base nos dados levantados nesta pesquisa, sugere-se ainda que somente a presença policial em certas áreas, como forma de coibir os comportamentos indesejáveis, não pode ser considerada, de modo restrito, prática eficaz, devendo contemplar outras estratégias específicas e de aproximação direcionadas a essa população, como apresentado por Braga (2010) ao discutir os melhores meios para se lidar com desordens sociais associadas à população de rua. Este autor argumenta que os princípios de policiamento comunitário e orientado a solução de problemas estão entre os melhores

expedientes para o controle da ordem social e do crime, mantendo e estimulando melhores interações entre agentes de força de segurança e comunidade, especialmente em se tratando de populações vulneráveis, que demandam esforços de atuação envolvendo equipes interdisciplinares de assistência, segundo a lógica de intersectorialidade de políticas e ações (Braga, 2010), superando o viés da securitização de um problema que é complexo e multidimensional.

A incipiência e generalidade dos estudos voltados para a dinâmica da intervenção das forças públicas de segurança frente ao fenômeno da população em situação de rua, incluindo o comportamento de seus agentes, funcionamento e política das instituições, relações de poder, seletividade criminal e construção de identidades, reiteram a importância da presente investigação. Produções científicas contemporâneas (Buvik, 2016; Carvalho et al., 2020; Krameddine & Silverstone, 2016; Raaphorst & Van de Walle, 2018; Rui et al., 2016; Salatino et al., 2019; Oberfield, 2012; Portillo & Hudes, 2014), especialmente relacionadas a políticas, práticas e percepções dos agentes públicos de segurança, sugerem tendências de criminalização, encarceramento e retirada dessa população das ruas para áreas mais periféricas ou menos visíveis por certa parcela da sociedade (Mcnamara et al., 2013; Silva & Hüning, 2015; Stuart, 2016).

Nessa linha de argumentação, é fundamental mencionar os processos de ação repressivos e de estigmatização dessa categoria de pessoas pela polícia que, por vezes, submetem-nas a abordagens mais minuciosas que podem ensejar maior probabilidade de prisões ou detenções como anteriormente indicados por Snow et al. (1989), Harrits e Moller (2011).

Ao lidar com pessoas em situação de rua, fatores como empatia policial, comunicação, confiança geral na polícia, estado emocional durante a interação, impacto geral da polícia na sua vida, são itens relevantes para se questionar sobre como é possível melhorar o desempenho das forças de segurança, frequentemente associado a interações mais negativas e conflituosas com o público destinatário dos serviços (Krameddine & Silverstone, 2016; Zakrison et al., 2004). A reflexão sobre o exercício ocupacional das agências policiais importa para aprofundar na compreensão sobre o modo como

são empreendidas a manutenção da ordem e o controle social e como tal perspectiva assume dinâmica própria na conexão no que se refere a populações vulneráveis, sobretudo com os indivíduos em situação de rua (Levy, 2021; Portillo & Hudes, 2014; Welsh & Abdel-Samad, 2018).

Ainda que não tenha sido objeto deste artigo revisitar estudos sobre éticas corporativas e profissionais na segurança pública, não se pode perder de vista a centralidade dos modelos institucionais de controle social e responsabilização pautados numa “agenda política de modernização democrática” (Lima, Bueno & Mingardi, 2016, p. 64). A construção e qualificação de um modelo policial com “desempenho mais eficiente, mais responsável e mais efetivo na condução da ordem e segurança públicas” (Poncioni, 2005, p. 586) devem estar associados a protocolos e regras transparentes, universais, aplicáveis a toda uma sociedade, para além do foco no combate repressivo ao crime.

Percurso Metodológico

A metodologia qualitativa foi escolhida como lente de investigação em razão de suas possibilidades de contribuição para um entendimento dos sujeitos (e não objetos) em maior profundidade, considerando seus elementos, nuances e especificidades, numa perspectiva holística e conectada (Olabuénaga, 2012), a partir da descrição reflexiva dos sujeitos sobre os “significados, motivações, aspirações, crenças, valores, atitudes, ideologias” que envolvem relações, processos e fenômenos que “não são redutíveis a simples operação de variáveis” (Minayo, 2004, p. 21).

Realizou-se estudo de caso na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, pesquisando dois atores institucionais da segurança pública que lidam em sua ação cotidiana com os indivíduos em situação de rua - Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte (GMBH) e Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG). Tal estratégia possibilitou a discussão sobre problemas extraídos da vida real, apresentando as múltiplas dimensões presentes na relação entre os sujeitos em situação de rua e os agentes das forças públicas de segurança, em uma das maiores cidades brasileiras.

A estratégia de coleta de dados deu-se por meio de entrevistas semiestruturadas (Colognese & Melo, 1998) com 16 agentes das forças públicas de segurança no primeiro semestre de 2021, sendo 8 policiais militares (designados Entrevistado PMMG) e 8 guardas civis municipais (designados Entrevistado GMBH), além de 2 informantes qualificados (designados IQ). Foram selecionados agentes das forças de segurança com experiência na atuação de policiamento ostensivo na região central de Belo Horizonte, indicados e recrutados a partir do contato inicial, desenvolvido nos parâmetros de "bola de neve" (Marcus et al., 2017). Os dois

informantes qualificados foram escolhidos pela sua experiência profissional e conhecimento vasto e abrangente com populações vulneráveis. Todos os entrevistados assinaram Termo de Consentimento Livre Esclarecido contendo todos os preceitos da pesquisa. Em razão de cautelas éticas e metodológicas, no sentido de evitar a identificação dos entrevistados, optou-se por referenciá-los no masculino. A pesquisa foi submetida à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme definido na Resolução 466/12 do Ministério da Saúde, obtendo-se aprovação mediante parecer nº 4.950.882.

O quadro abaixo refere-se ao perfil dos entrevistados da GMBH:

Quadro 1 - Caracterização dos agentes da Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte entrevistados				
Entrevistado	Patente ou Posto Hierárquico	Sector de atuação	Trajetória funcional	Tempo de serviço
GMBH 01	Guarda Civil de Classe Distinta	Administrativo	Grupamento de Trânsito; Guarda Patrimonial; Atuação Preventiva em escolas	18 anos
GMBH 02	Subinspetor	Grupamento de Emprego Especializado	Atuação Preventiva em Centro de Apoio Comunitário e na Rodoviária; Central de Atendimento BH Resolve	13 anos
GMBH 03	Guarda Civil Municipal I	Administrativo (1ª Inspetoria)	Guarda Patrimonial; Grupamento de Trânsito; Patrulhamento ordinário; Atuação Preventiva Unidades de Saúde, em Escolas, em Parques, na Rodoviária	16 anos
GMBH 04	Guarda Civil Municipal I	Observatório do Espaço Urbano - Centro Integrado de Operações - COP	Atuação Preventiva em Unidade de Saúde; Grupamento de Emprego Especializado; Grupamento de Transporte Coletivo (Viagem Segura); Administrativo - DOP	12 anos
GMBH 05	Não informado	Administrativo (Diretoria Geral de Operações)	Atuação Preventiva em Escolas e em Unidade de Saúde; Grupamento de Trânsito; Centro Integrado de Operações - COP; Grupamento de Ação Preventiva a Pessoas em Situação de Rua	10 anos
GMBH 06	Subinspetor	Departamento de Ordem Pública	Atuação preventiva; Inteligência; Coordenação Administrativa de Regionais; Coordenação Operacional no DOP; Treinamento de Guardas	10 anos

GMBH 07	Guarda Civil Municipal I	Grupamento Sentinela - Departamento de Ordem Pública	Atuação Preventiva em Escolas, em Centro de Saúde, em Parques, Motopatrulha	12 anos
GMBH 08	Guarda Civil de Classe Distinta II	Grupamento de Ação Preventiva a Pessoas em Situação de Rua - Centro Sul	Atuação preventiva no CRAS, em Abrigos, em Unidades de Saúde, em órgãos administrativos da PBH	15 anos

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

*** Dentre a amostra de entrevistados, 1 guarda civil é do sexo feminino, e 2 policiais militares são do sexo feminino, todos não identificados em razão do sigilo ético.**

Na sequência, as características dos entrevistados da PMMG são apresentadas no Quadro 2 abaixo:

Quadro 2 – Caracterização dos agentes da Polícia Militar de Minas Gerais entrevistados

Entrevistado	Patente ou Posto Hierárquico	Sector de atuação	Trajetória funcional	Tempo de serviço
PMMG 01	Cabo	Inteligência	Patrulhamento ordinário; Tático Móvel; administrativo	17 anos
PMMG 02	Sargento	Patrulhamento ordinário motorizado	Patrulhamento ordinário; Administrativo; Policiamento montado (Cavalaria); Comunicação Institucional;	22 anos
PMMG 03	Sargento	Grupo Tático Móvel	Patrulhamento ordinário motorizado	12 anos
PMMG 04	Sargento	Grupo Especializado em Patrulhamento em Áreas de Risco (GEPAR)	Choque, policiamento a pé, posto de Observação e Vigilância (POV) e no atendimento de polícia comunitária.	4 anos
PMMG 05	Cabo	Administrativo (Recursos Humanos)	Grupo Especializado em Patrulhamento em Áreas de Risco (GEPAR)	14 anos
PMMG 06	Tenente	Comando de Setor na Região Central	Patrulhamento ordinário; GEPAR; Policiamento Comunitário	17 anos
PMMG 07	Tenente	Comando de Setor na Região Central	Trânsito; Inteligência; Operacional no /Policiamento ordinário	14 anos
PMMG 08	Tenente	Comando de Setor na Região Central	Postos Fixos, POV, Sentinela, Policiamento a pé, de eventos, Rádio Patrulha,	10 anos

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

*** Dentre a amostra de entrevistados, 1 guarda civil é do sexo feminino, e 2 policiais militares são do sexo feminino, todos não identificados em razão do sigilo ético.**

Para interpretação das entrevistas utilizou-se a análise de conteúdo nos moldes propostos por Bardin (1994), seguindo os estágios de pré-análise, exploração do material ou descrição analítica e tratamento dos resultados ou

interpretação referencial, uma vez que vincula um conjunto de significações produzidas no âmbito das comunicações entre os sujeitos, de modo a ampliar a exploração de tal fenômeno. As dimensões de análise e seus elementos (Figura 1)

foram estabelecidos a partir do contexto da pesquisa e da literatura (Creswell, 2012):

Figura 1. Categorias de análise dos dados

DIMENSÕES DE ANÁLISE	ELEMENTOS DE ANÁLISE	SUPORTE TEÓRICO
Contexto Urbano	O espaço urbano: breve caracterização	Carneiro (2019); Feltran (2016); Frangella (2009); Lessa e Lobo (2021); Rui et al., (2019)
O indivíduo em situação de rua sob a perspectiva das forças públicas de segurança	A criminalização do sujeito: componente chave na construção da identidade e no exercício da cidadania	Carvalho et al., (2020); Krameddine & Silverstone (2016); Salatino et al., (2019)
	Processos de ação dos agentes públicos de segurança e a população em situação de rua	Braga (2010); Mcnamara et al., (2013); Silva & Hüning (2015); Portillo Hudes (2014); Welsh e Abdel-Samad (2018); Zakrison et al., (2004).

Após detalhamento das técnicas metodológicas de coleta de dados, a seguir são apontados elementos da percepção sobre o trabalho policial e o modo como se comportam os agentes da Guarda Civil e da Polícia Militar, diante da população em situação de rua.

Apresentação e Análise de Resultados

O estudo analisa como os agentes da GMBH e da PMMG, sujeitos da pesquisa, percebem o seu trabalho enquanto agentes vinculados às forças públicas de segurança e quais os principais elementos que caracterizam seu contato com a população em situação de rua, no cenário urbano circunscrito ao município de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

O Espaço Urbano: Elemento Fundamental do Encontro Entre os Atores Estudados

A “situação de rua” representa um problema social e público de alcance mundial, que tem como arena o cenário das cidades. Nesse campo, os atores sociais constroem interações e normatividades sobre o uso e ocupação do espaço urbano, a partir de disputas, tensões e negociações. A pessoa em situação de rua transita e constrói sua identidade nesse espaço, da mesma

maneira que exerce as outras capacidades e direitos relacionados à sua existência: em condição de exclusão (Frangella, 2009).

Os achados de pesquisa identificaram elementos que reforçam essa precariedade e fragilidade da dimensão corporal que se manifesta assim, na ocupação espacial urbana e nas relações que eles mantêm com quem vive nas cidades (Frehse & O'Donnell, 2019; Rui et al., 2016), especialmente com os responsáveis pela gestão e ordenamento dos espaços públicos, materializados, dentre outros, nas figuras dos agentes das forças públicas de segurança do estado e do município.

Os relatos dos entrevistados coadunam com estudos que sugerem que a presença das pessoas em situação de rua é mais evidente “em logradouros públicos, becos, vias de circulação, passeios, praças, debaixo de viadutos, pontes e marquises, entradas de edifícios, lotes vagos, rodoviárias e abrigos de ônibus e em muitos outros lugares nos interstícios da cidade” (Filgueiras, 2019, p. 978), além de sinalizar que, na maior parte das vezes (senão em todas), eles são desconsiderados quando do planejamento e estruturação urbanística da cidade e percebidos em conflito com os interesses econômicos locais (as figuras dos sujeitos em situação de rua são tidas como um entrave ao ir e vir, e à beleza da

cidade, já que os locais de sua aglomeração tendem a ficar degradados), como se depreende do seguinte trecho:

Aí alguns espaços já foram totalmente degradados, porque tem morador de rua. Infelizmente, ele pega o lixo da porta da casa do vizinho, leva para esse espaço, espalha para ele ver o que que serve para ele e ele não tem trabalho de juntar e colocar no lixo de novo. (Entrevistado GMBH 04)

O encontro entre as pessoas em situação de rua e os agentes das forças públicas de segurança ocorre geralmente nos arredores da área comercial. *“Essas interações ocorrem nos grandes centros, onde essas pessoas se acumulam, onde o recurso corre, porque elas precisam de interação, precisam de recursos e geralmente elas pedem dinheiro”* (Entrevistado GMBH 1). Confirma-se que “o centro de Belo Horizonte é também o lugar onde os moradores de rua da cidade, em grande medida, desenvolvem suas atividades e constroem seus modos de vida” (Carneiro, 2019, p. 57). Berk e MacDonald (2010) vinculam a presença de grandes concentrações de pessoas em situação de rua a locais onde frequentemente ocorrem fenômenos de desordem e crimes (violentos e patrimoniais), como assaltos, vandalismo, prostituição, micção pública, mercancia e uso de drogas.

O relato dos entrevistados também evidencia que os agentes implementam sua atuação a partir de uma clivagem, não apenas por área geográfica, mas também de acordo com o perfil econômico e social da população da área, como no caso do Entrevistado GMBH 2, que mencionou que bairros de classe média possuem atendimento diferenciado com uma atuação mais cortês dos agentes se comparados a espaços com maior número de pessoas vulneráveis. Nesse sentido, o Entrevistado GMBH 04 menciona:

A gente precisa reconhecer que a forma de tratamento do asfalto não é a mesma forma de tratamento do morro; da mesma forma que o tratamento de uma pessoa bem vestida não é igual a uma pessoa em situação de vida nas ruas. (Entrevistado GMBH 04)

Em Belo Horizonte verificou-se que existem espaços urbanos específicos que são alvo de ações das forças públicas de segurança, relacionadas com a possível aglomeração de indivíduos em

situação de rua, seja para manter a ordem (ruas de pedestres, rodoviária), evitar desordem (restaurante popular, abrigos), manter vigilância (locais específicos de sua concentração), nos termos indicados por Braga (2010), como retratado no excerto a seguir:

“Existem algumas ordens de serviços voltadas especificamente para esse público. Às vezes, chega um tipo de demanda na qual a prefeitura tem que organizar algum espaço público, como praça, embaixo de algum viaduto.” (Entrevistado GMBH 02)

Deste modo, diante de relatos dos entrevistados, depreende-se que as ações policiais e de fiscalização surgem como alternativas ao caos, à desordem e à ocorrência de crimes, em que os sujeitos em situação de rua se destacam, saindo de sua invisibilidade social e assumindo a posição de indesejados e culpados pelo mal-estar social, caracterizados pelos agentes das forças públicas de segurança como poluidores do ambiente urbano, como aqueles que reviram o lixo da cidade, que atrapalham a circulação das pessoas e que infringem as normas do ordenamento do espaço urbano. Sua presença gera degradação, sujeira, odor, caos e tensão; e quando os mecanismos de higienização, de afastamento e restrição sociais mobilizados pela sociedade não funcionam de modo adequado, as forças públicas de segurança são chamadas a neutralizá-los e mantê-los distantes.

Por fim, os excertos das entrevistas sinalizam para o papel dos agentes públicos de segurança na regulação de conflitos envolvendo as pessoas em situação de rua e atores específicos. Trechos das entrevistas sinalizam para o papel dos agentes públicos de segurança na regulação de conflitos envolvendo as pessoas em situação de rua e atores específicos, como comerciantes locais, funcionários de bancos, donos de bancas de revista, operadores de transportes públicos, componentes do padrão dominante, nos termos de Rui, Martinez e Feltran (2016):

Quem tem sensação de pertencimento no centro são os donos de estabelecimentos comerciais, porque se sentem impactados por esse tipo de situação [presença de indivíduos em situação de rua]. Então eles fazem uma cobrança, eles buscam a gente [polícia] para tentar interceder junto a outros órgãos, normalmente a Prefeitura de Belo Horizonte. (Entrevistado PMMG 7)

Destacados os aspectos mais proeminentes das narrativas dos entrevistados, verifica-se que a atividade das forças de segurança na lide com as pessoas em situação de rua, se constitui no contato face-a-face com o cidadão, sendo a dimensão do contexto urbano decisiva para essa atuação. A seguir, são abordados outros elementos manifestos nos relatos dos agentes das forças públicas de segurança.

A Criminalização do Sujeito: Componente Chave na Construção da Identidade e Ameaça ao Exercício da Cidadania

Captada como um fenômeno inerente à sociedade, em que predominam as facetas da desigualdade social, da vulnerabilidade e da heterogeneidade (Escorel, 1999; Vieira et al., 1994), “a situação de rua” é revelada nesta pesquisa por meio dos olhares dos agentes e dos informantes qualificados entrevistados, estando associada a fatores, como i) as percepções contraditórias em relação aos sujeitos em situação de rua e tentativas de categorização desse segmento social, ii) a dimensão da (in) visibilidade pelos agentes, pela sociedade e por órgãos de atenção e cuidado, e iii) os processos de criminalização dos sujeitos pelos agentes de segurança.

Dentre as percepções contraditórias e a categorização dos membros das forças públicas de segurança quanto aos sujeitos em situação de rua, algumas questões destacam-se. Os entrevistados mencionam a situação de rua como sendo um fenômeno presente em todos os espaços urbanos, sendo algo de difícil apreensão, cuja solução tem sido um enorme desafio para a Administração Pública. Ademais, as histórias relacionadas com o indivíduo em situação de rua se modificam ao longo da trajetória institucional dos agentes públicos de segurança. Quando do início da vida profissional, a percepção dos entrevistados é mais “romantizada”, sendo o indivíduo retratado como “vulnerável”, “coitado”, o que sugere estar relacionado à socialização institucional (Oberfield, 2012).

Com o passar do tempo, a lide profissional faz com que haja uma generalização da figura do “morador de rua”, que se reflete, geralmente, numa posição mais dura no contato com o cidadão “que vive nas ruas porque quer, porque escolheu assim, porque não aceita regras e

prefere levar uma vida fácil nas ruas” (Entrevistado GMBH 2) ou, como no caso do Entrevistado PMMG 04, que aponta:

Eles estão na rua por escolha. Eles têm tudo na rua: torneiras espalhadas pela cidade e alimentação três vezes por dia. Escolheram essa vida e não buscam outra alternativa. Não querem uma vida normal. [...]. (Entrevistado PMMG 04)

As percepções dos agentes sobre os sujeitos em situação de rua seguem padrões de categorização e associam-se a sujeitos desprovidos de condições econômicas, dependentes químicos de álcool e drogas, vadios e ociosos, loucos, além de serem portadores de atributos corporais desagradáveis (como mal cheiro e impregnados de sujeira), consubstanciando traços similares da “situação de rua” enquanto condição de sobrevivência (Bursztyn, 2000).

No que se refere à dimensão da (in) visibilidade, os entrevistados trouxeram elementos relacionados à população em situação de rua importantes de serem mencionados. De modo geral, a presença dos indivíduos em situação de rua é percebida de acordo com a contingência ou o contexto. Estes passam muitas vezes despercebidos, sendo “incontáveis” ou invisíveis pelo Poder Público quando o assunto em foco é a criação e a efetivação de políticas e de ações que ponham fim à precariedade das condições em que vivem (Dias, 2021). Nesta esteira, seguem invisíveis ainda quando se mostram estranhos ao ritmo da vida que segue o fluxo contínuo e acelerado da cidade, sendo ignorados pelos transeuntes, que não os percebem, desde que não causem problemas. Entretanto, quando a temática passa a girar em torno do controle da ordem e da lógica higienista, tais indivíduos assumem posição de destaque, sendo os responsáveis por ferir o equilíbrio e o padrão social, e merecendo assim, a sanção, deslocamento e o distanciamento social:

A rotina é coisa que passa despercebido por pessoas que estão indo comprar, trabalhar... as pessoas não conseguem enxergar... essa população é invisível [...] porque é uma população que é mais rejeitada pela sociedade. A sociedade rejeita porque ela rejeita problemas. (Entrevistado GMBH 1)

[...] eles são invisíveis. Ninguém tá nem aí, ninguém dá atenção, é muito triste. (Entrevistado PMMG 6)

Então é como se fosse um mundo paralelo e até então era invisível pra mim. Então passou a ser visível. (Entrevistado GMBH 2)

No cerne da investigação realizada, a criminalização e o foco em populações vulneráveis demonstra que existe uma condição de suspeição atrelada à pessoa, ao indivíduo para os agentes das forças públicas de segurança, o que denota ainda um preconceito institucionalizado (Alcadipani R. et al., 2020; Alcadipani R. et al., 2023):

A unidade [policial] lida com as mazelas da cidade grande, sofrendo com problemas comuns às grandes cidades, como manifestações, alto número de moradores de rua e muitos crimes. [...] Estão envolvidos em sua maioria com delitos (homicídios, roubos, furtos, principalmente de fiação elétrica, brigas entre eles, ou com mandados de prisão em aberto) e distúrbios familiares. São desde viciados até traficantes. (Entrevistado PMMG 04)

Os que já são conhecidos ficam no mesmo local sempre. E também cometem crimes e sabemos quem são os clientes. Às vezes chega uma ocorrência na rede-rádio e a gente pensa: Deve ser fulano. E chega lá e realmente era. Aqueles cidadãos que estão à margem, já cometem crimes sempre, são os mesmos. Eles têm várias passagens. (Entrevistado PMMG 03)

A centralidade das drogas no contexto de ação das forças públicas de segurança teve forte incidência nos relatos dos entrevistados, tornada emblemática em expressões como: “traficantes”, “crackeiros”, “usuários”, “dependentes químicos”, o que favoreceu a criação de uma imagem estereotipada do sujeito em situação de rua e de sua trajetória, associados com utilização de drogas e bebidas. Desse modo, o Entrevistado GMBH 1, ao retratar essas pessoas, afirma que “geralmente elas são viciadas ou em crack, ou cocaína, ou bebida alcoólica”, a exemplo do que sugerem Aldeia (2013), Rui et al. (2016) e Frangella (2009) e do exposto no seguinte excerto: “O problema é que a rua corrompe as pessoas. As pessoas, quando são viciadas em crack, viciadas em álcool, depois de corrompidas, elas não saem da rua mais (Entrevistado PMMG 7).

Evidentemente, para além das drogas, a imutabilidade da condição desses sujeitos permanece no discurso dos agentes de segurança entrevistados, atrelada às práticas agressivas, criminógenas (de crimes e contravenções), de embate, desordeiras e que causam degradação ao ambiente urbano, demandando um acompanhamento e controle próximo por parte das forças fiscalizadoras e de segurança do Estado. Nesse percurso, o Entrevistado PMMG 6 relata que “muitas vezes, 90% que a gente aborda aí tem algum prontuário, furto, roubo ou usuário de drogas”, havendo ainda outros conflitos.

Ao categorizar seus “clientes”, esses agentes se valem de uma avaliação pautada na discricionariedade, atribuindo-lhes certos status e direcionando a eles certo nível de controle e uso da força, de acordo com um gradiente de civilidade e humildade emanado pelos sujeitos durante o encontro (Lipsky, 2010; Maynard-Moody & Musheno, 2015; Raaphorst & Van de Walle, 2018):

Aqueles cidadãos que estão à margem, já cometem crimes sempre, são os mesmos. Eles têm várias passagens. A gente até esquece que abordou. Eles dizem: você já me prendeu aquele dia! Geralmente repetem as pessoas. (Entrevistado PMMG 3)

[...] aqui no centro onde eu trabalho isso já é muito corriqueiro. Então a gente não tem dificuldade de abordar esse pessoal. A gente já sabe quem é de bem, quem não é, quem são os novos, quem tá faltando. (Entrevistado PMMG 1)

Finalmente, uma das formas de construção da imagem se dá por meio da linguagem, o que hierarquiza as posições ocupadas pelos dois sujeitos: agente de segurança de um lado e indivíduo em situação de rua do outro. De modo abrangente, os entrevistados utilizaram em seus relatos diversas expressões como: “morador de rua”, “na condição de morador de rua”, “em situação de rua”, “aparentando ser indivíduo em situação de rua”, “morador em situação de rua”, “abordado”, “suspeito” ou “suspeita”, “em atitude suspeita”, “autor”, “vítima” e “indigente”, para se referirem aos sujeitos em situação de rua, resgatando os estudos de Varanda e Adorno (2004) e Frangella (2009). A seguir, outro excerto ilustrativo:

A gente sempre tenta usar o termo “pessoa em situação de rua”, né? E ele falou assim: ‘Talvez esse seja o termo legal, mas não é errado chamar o

cara de morador em situação de rua, porque depois de um tempo ele não tá mais em situação, ele tá morando na rua, ele não quer sair'. Um outro termo interessante que eu achei, que o cara usou pra mim e você pode conversar com a maioria deles: ele chamou de "muleta". Normalmente eles têm uma muleta: "Por que o senhor tá na rua?". "Porque em 1996 a minha esposa me traiu". Em 96, já tem 20 anos que você tá nessa situação, cara? ... Normalmente é um motivo que faz ele ir pra rua. Ele chama isso de muleta, eles se apoiam nisso. (Entrevistado PMMG 7)

Portanto, a construção social da imagem da pessoa em situação de rua pelos agentes das forças públicas de segurança se dá a partir do cotidiano, numa relação dialética de poder, em que a linguagem e as ações cotidianas tornam oponíveis os dois atores sociais - agente público de segurança e pessoa em situação de rua. Em tal perspectiva de criminalização prévia do indivíduo em situação de rua, os agentes das forças públicas de segurança acabam por considerar esse sujeito como um inimigo social, um adversário que resiste em existir, em aparecer, em incomodar. Sob o estigma da *"banditagem que se esconde na população de rua"*, os sujeitos acabam por ser alvos de intervenções seletivas e discriminatórias.

Destacadas as impressões mais marcantes acerca de como os agentes entrevistados configuram sua percepção sobre os sujeitos em situação de rua, a pesquisa se volta, adiante, para a vertente que aborda os processos de ação desses atores no cotidiano das ruas.

Processos de Ação dos Agentes Públicos de Segurança e a População em Situação de Rua

Para além da racionalidade e da sujeição a vínculos de ordem legal, burocrática e técnica, os agentes das forças públicas de segurança colocam em prática as políticas pelas quais são responsáveis, ao integrarem uma série de elementos estruturais, relacionais, organizacionais e individuais (Bonelli et al., 2019; Oberfield, 2012). Tais estudos serviram de parâmetro para se observar como se apresentam os processos de ação empreendidos pelos agentes das forças de segurança ao se relacionarem com os cidadãos, especialmente aqueles vulneráveis.

Os agentes das forças públicas indicam como importante elemento descritivo de sua atuação, a

presença do Estado em locais de possível foco de conflitos, nos quais estão presentes os sujeitos em situação de rua. O Entrevistado PMMG 4 narra que *"somente atua em regiões onde existem favelas. Como na região central existe um alto índice de moradores de rua, crimes violentos e homicídios, tais grupos também atuam ali"*, enquanto o Entrevistado PMMG 3 descreve: *"a gente pega serviço. Sai. Passa nos pontos que ocorrem mais roubos, em locais de grande aglomeração de moradores de rua"*. Um guarda municipal faz referências aos abrigos municipais: *"Lá tem guarda 24 horas. Então, algumas pessoas que ficam na rua durante o dia vão dormir lá, lá é uma zona de conflito. Tem conflito todos os dias, né? As pessoas brigam entre si"* (Entrevistado GMBH 4).

No tocante às ações decorrentes de procedimentos policiais executados em suas rotinas de trabalho, como: abordagem, patrulhamento, busca pessoal, prestação de socorro, ações de fiscalização, cumprimentos de mandados judiciais de prisão e de busca e apreensão de ilícitos, operações, dentre outros, ao interagirem com a população em situação de rua, todos os entrevistados foram enfáticos ao relatarem que, durante esses encontros, é marcante o estranhamento entre as partes, o que indica um polo de tensão entre tais atores, como indicado nos estudos de Zakrison et al. (2004), ao pesquisarem o nível de confiança das pessoas em situação de rua quando elas se relacionam com policiais. Os seguintes trechos corroboram com o exposto:

[...] são grosseiros, eles são muito desconfiados da atuação da gente... Eles são muito ríspidos, né? Não é nem ríspido. Eles são desconfiados de todas as forças de segurança. Talvez a culpa seja nossa. A gente precisa reconhecer que a forma de tratamento do asfalto não é a mesma forma de tratamento do morro, da mesma forma a forma de tratamento de uma pessoa bem vestida não é igual a uma pessoa em situação de vida nas ruas... Porque a gente mesmo criou neles essa necessidade de desconfiar que a gente vai chegar perto é pra bater, é pra chutar, é pra xingar... (Entrevistado GMBH 4)

[...] é um ambiente violento. Então os moradores de rua, no geral, estão sempre ali para se defender. Então seja da Guarda, da PM, eles estão sempre ali para se defender. Eles sempre acham que vão ser atacados, então por isso que eu falo: A nossa

agressividade na abordagem tem que ser um pouco maior do que a deles justamente pra dar uma equilibrada ali, porque você, dependendo de quem você tá lidando ali, eles partem pra cima de você. Às vezes eles andam muito armado, tem muitos deles que têm arma branca, então a gente tem também que tentar evitar isso ao máximo, então assim, o problema só, o único problema que eu vejo assim, mais contundente, é a agressividade deles. Eles são muito agressivos. (Entrevistado GMBH 7)

Tais relatos refletem o caráter eminentemente repressivo de sua atuação, mais próxima do modelo de policiamento tradicional reativo e opressor do que de um policiamento de segurança cidadã e comunitário e sugerem uma autorreflexão pelos agentes sobre sua atuação. A pesquisa confirma que as abordagens de ambas as forças são muito similares em termos de agressividade e seletividade de acordo com a classe social, e as narrativas denunciam que os agentes de segurança pública estão mais propensos a atuar num tom sancionador e fiscalizador, do que voltados para a distribuição de benefícios entre os cidadãos (Bonelli et al., 2019).

De modo geral, as ações retratadas pelos agentes envolvendo pessoas em situação de rua, especialmente no centro de Belo Horizonte e nos bairros do seu entorno, ocorrem com frequência e regularidade, o que sugere a banalização das ações policiais repressivas voltadas para esse público, ainda que os entrevistados reforcem que salvaguardam os direitos e garantias constitucionais dos sujeitos. Segundo o Entrevistado PMMG 4, “*não passa nem um dia sem abordar moradores de rua. É muito frequente. As conduções nem sempre ocorrem todos os dias, mas as ocorrências com pessoas de rua são corriqueiras*”.

Tal percepção foi, reiteradas vezes, manifesta na expressão “*procedimento padrão*”, como sendo aquele direcionado a todo e qualquer “*cidadão*”, de maneira indistinta, ou ainda “*é o procedimento que você adotaria para qualquer outra pessoa*” (Entrevistado GMBH 3), em que pese, exprimirem constrangimento e desconforto ao “*abordar trabalhador*” (como no caso dos comerciantes diante da pandemia), mas não os estigmatizados. Importante mencionar a inexistência de protocolos ou instruções de trabalho institucionais que orientem na relação

com a população de rua, o que amplifica a discricionariedade.

Foram irrelevantes e considerados “*extraordinários*” os eventos mencionados narrando outras situações sociais, como, por exemplo, prestação de socorro. Os agentes demonstram, assim, a cisão entre o que seria uma “*prática policial*”, e uma “*prática social*” ou, ainda, “*de assistência social*”. Sobre tais circunstâncias, o Entrevistado PMMG 7 esclarece que é algo:

[...] extraordinário, mas que acontece também, que durante essas abordagens a gente se depara com situações de... o cara precisar de ajuda, não foi nem uma nem duas vezes que a gente fez isso.... Aí, a gente manda o cara por fora, não via Prefeitura, a gente manda via ONG. O cara quer ir embora pra casa. Aí manda via ONG. Não que nossa seja uma abordagem policial voltada para assistência social. A abordagem é uma abordagem policial, não é uma abordagem social. (Entrevistado PMMG 7)

A reação dos sujeitos em situação de rua surge como outro importante elemento que modula a intensidade da resposta policial nos encontros entre esses atores, à luz da discricionariedade do agente, quando da avaliação da situação (Lipsky, 2010). Os agentes das forças de segurança têm a expectativa de que os sujeitos em situação de rua ajam com cooperação, submissão e cordialidade, caso contrário, receberão as sanções que a situação requer, segundo a tomada de decisão de cada agente (Harrits & Moller, 2011; Lu et al., 2021; Salatino et al., 2019):

Quando a pessoa está tranquila, a gente chega perto, pede pra eles colocarem a mão na parede. Dá geral. Não estando com nada, a gente puxa os dados do prontuário e libera. Se eles acham que estão "perdidos" dão nome falso. Com mandado de prisão em aberto, dão nomes de primos. A gente vê que ele tá nervoso e vai errando os dados. Erra o nome da mãe, erra a data de nascimento. Geralmente quando a pessoa está com droga, ele costuma não aceitar a abordagem e costuma fugir ou tenta atrapalhar. Quando um deles realmente cometeu algum crime, os outros começam a querer atrapalhar ou até mesmo quando você vai prender um deles, os outros atrapalham a abordagem também para tentar tirar o foco ou até não prender um dos moradores de rua. (Entrevistado PMMG 3)

Dentre as principais barreiras ou entraves que interferem no modo como os agentes das forças públicas de segurança atuam diante de uma pessoa em situação de rua, foram detectadas nas entrevistas a referência à condição de higiene pessoal deles, a posse de possíveis materiais ilícitos ou que possam causar lesões aos agentes, a presença delas em grupo, o temor dos agentes da pandemia, além de outros, sinalizando a necessidade de cautela ou uma postura mais ofensiva dos agentes: *“Eles estão muito sujos. Então, querendo ou não, toda vez que a gente chega, tem que usar a luva. Antes de abordar, eu já coloco”* (Entrevistado PMMG 3).

[...] porque é o morador de rua e está fedendo. [...] Ele fedeu a viatura, fedeu a delegacia inteira... porque ele tá fedendo, ele não toma banho, ele tá sujo. É essa a avaliação que eu faço, a gente evita o contato... A gente só atuava quando não tinha outra alternativa. (Entrevistado GMBH 4)

É muito difícil pra Segurança Pública lidar com o morador de rua. Verdade é que ninguém quer abordar: “Eu não vou abordar porque ele tá fedendo, porque ele não tomou banho, porque ele não trocou de roupa.” (Entrevistado GMBH 4)

Houve menção, por alguns agentes da PMMG (Entrevistados PMMG 4, 7 e 8) de atividades em parceria com entidades e organizações público-privadas, comerciantes e parceiros para oferta de serviços assistenciais visando atender a população em situação de rua no Centro de Belo Horizonte. O Entrevistado PMMG 4 expressou que participa *“às vezes de ação cívico social, acompanhando à distância, grupos de religiosos que fornecem marmitas e fazem orações em grupos nas praças do centro da cidade com os moradores de rua”*.

Apesar do discurso dos agentes sinalizar suposta aproximação deste público, na verdade, o que existe são raras atitudes assistenciais para justificar a necessidade de legitimar a postura higienista e seletiva dos agentes públicos de segurança, sem qualquer diálogo com as populações vulneráveis. O que se verificou foi a priorização pelos agentes de segurança pública do atendimento das demandas privilegiando outros públicos que dividem espaço com os indivíduos em situação de rua (comerciantes, ambulantes, trabalhadores, transeuntes e moradores da região central da cidade). Constatou-se, que a população “de bem” pode

interagir com as instituições públicas de segurança por meio de programas como *“Rede de Comerciantes Protegidos, Rede de Vizinhos Protegidos e Rede de Bancos Protegidos”* (Entrevistado PMMG 6), para sanar seus principais incômodos, reforçando a segregação sócio-espacial vigente na cidade. Exemplo patente de *“ação preventiva de segurança”* consta no relato descrito a seguir:

A gente faz trabalho fantástico ali na Praça Rio Branco que é o projeto da Polícia Militar que chama ACISO, Ação Cívico-Social. Que é onde a Polícia Militar organiza, mas ela chama diversos outros atores, como Defensoria Pública, igrejas, chama até a Polícia Civil, né, Instituto de Identificação, e a gente fez mais ou menos umas 4 ou 5 ACISOs ali na Praça Rio Branco onde foi distribuído marmiteira, identificação de morador de rua, até direcionamento para clínica de tratamento, né, pro pessoal usuário de droga. Então assim, eu sempre vejo que a Polícia Militar tá sempre próxima dessa população de morador de rua, sabe? A gente sempre tenta de alguma forma ajudar, né? Porque a gente tá sempre prendendo eles, né? Eles estão sempre cometendo um ato infracional, uma contravenção, um crime e a gente primeiro, ou a Guarda Municipal ou a Polícia Militar que tá ali no primeiro atendimento, né? Então assim, como a gente está sempre na área ali da, vamos dizer assim, do combate ali, a gente também, a Polícia também já passou pro lado também do auxílio social, do apoio social. Ela vai dando na medida do possível com a ajuda de outros órgãos. (Entrevistado PMMG 6)

Na visão de agentes das duas instituições de segurança pesquisadas, constata-se, após a análise dos dados, uma atuação voltada para o público em situação de rua, não necessariamente no sentido protetivo, mas exercida na dinâmica de limpeza e ordenamento do espaço público e de proteção aos executores das ações, sejam eles fiscais da prefeitura ou mesmo integrantes de entidades e organizações de proteção e cuidado com essa população, o que atesta um possível conflito a ser equacionado pelo Poder Público (Carvalho et al., 2020; Rui et al., 2016).

Por último, ao se referirem às suas ações, fica claro que a *“guarda copia a polícia e a polícia copia a guarda”*, como dito pelo Entrevistado GMBH 6, a pretexto de *“observar melhor essa população para evitar que a cidade vire uma bagunça, para controlar*

melhor os crimes” (Entrevistado PMMG 4). Salta aos olhos a aparente incongruência surgida da sobreposição de ações de assistência (que visam assegurar melhores condições de existência a esses sujeitos) e de ações de segurança e fiscalização da ordem pública (que visam preservar o patrimônio municipal e seus espaços públicos, e combater o crime), no cenário urbano da cidade de Belo Horizonte.

Em suma, ao analisar o modo como os agentes das forças públicas de segurança concretizam as políticas pelas quais são responsáveis, este estudo conecta elementos da complexa interação que eles estabelecem com os cidadãos e, mais especificamente, com os sujeitos em situação de rua.

Considerações Finais

São imprescindíveis a reflexão e o aprofundamento sobre os elementos que permeiam as relações entre agentes das forças públicas de segurança e a sociedade, especialmente no que se refere aos cidadãos mais vulneráveis, a exemplo dos sujeitos em situação de rua, como tratado nesta pesquisa.

Os principais achados da pesquisa referem-se ao entendimento de que não é possível eliminar a discricionariedade dos agentes, sendo esse um núcleo inerente à atividade das forças públicas de segurança. Constatou-se que os agentes estatais lidam com as pessoas em situação de rua a partir de um viés preconceituoso e estigmatizante, em que o espaço urbano configura e estabelece os contornos da forma de atuação.

O estudo evidenciou ainda que as atuações dos agentes de segurança, quando direcionadas para o público em situação de rua, envolvem, em essência, atuações repressivas e “higienistas”, de fiscalização e controle das pessoas e do espaço urbano, geralmente voltados para outros interesses (comerciantes, agentes imobiliários, residentes...) e não aquelas necessidades das populações vulneráveis. Deste modo, verificou-se que os processos de categorização social empreendidos pelos agentes estatais se concretizam na maneira como eles adotam certos critérios ao colocarem em prática a tomada de decisão, representando assim, um mecanismo de controle social poderoso, capaz de criar identidades e estimular ações de promoção à

cidadania e à justiça social, ou de modo contrário, de reforçarem as desigualdades.

Por meio da pesquisa, captou-se um nítido diferencial dos agentes da GMBH e da PMMG quanto à interpretação sobre as questões urbanas, as políticas públicas e os públicos distintos de modo geral. Comparativamente, enquanto os guardas denotam maior grau de imersão e apreensão das circunstâncias do contexto urbano, indicando atenção e maior proximidade com a comunidade, os policiais militares apresentam maior aquiescência aos pressupostos afetos ao modelo de policiamento tradicional, de perseguição do “*inimigo*”, em que pese a observação de que há um *ethos* policial guerreiro - heroico e masculino (Muniz, 1999) que permeia ambas instituições.

Permanece o discurso de ordem e combate ao mal, materializado nos hologramas do crime e do criminoso. Há uma “roupagem” voltada ao policiamento preventivo e comunitário enquanto modelo de atuação policial ideal, que destoa da prática e dos valores dos agentes na interação com a população mais vulnerável.

O estudo demonstrou ainda que, a depender da conveniência, os sujeitos em situação de rua são descritos ora como visíveis, ora como invisíveis. Para as forças públicas de segurança, esses sujeitos se realçam da paisagem das cidades, sendo frequentes e corriqueiras as ações e operações das forças públicas de segurança em espaços urbanos específicos, relacionadas com a possível aglomeração de tais sujeitos, seja para manter a ordem, evitar a desordem e manter vigilância.

No plano teórico, a pesquisa resgatou bases reflexivas sobre a necessidade de estudos aprofundados acerca das interfaces entre a população em situação de rua e as forças públicas de segurança. Sugere-se ainda investigações mais consistentes acerca dos parâmetros e diretrizes necessários à formação e construção do perfil de um agente mais ético, mais profissional e com atuação alinhada aos valores de cidadania e responsabilidade social.

Dentre as contribuições empíricas, destacam-se aquelas especialmente voltadas para os gestores de políticas e para as organizações de segurança pública, como a importância da aderência dos agentes de segurança a novos padrões de formação e socialização, que incluam um olhar multidisciplinar para as questões

sensíveis da sociedade e para os públicos vulneráveis, considerando que as interações desses agentes entre si e com os demais cidadãos afetam o modo como são postas em prática as políticas públicas pelas quais são responsáveis. A atuação dos agentes tem, portanto, interferência na modulação de desigualdades sociais e séria repercussão e impacto sobre a vida dos sujeitos com os quais eles se relacionam, devendo possibilitar o diálogo com a comunidade para a resolução dos conflitos do cotidiano.

A pretexto de colaborar com o aprofundamento sobre o tema e possibilitar comparações dos achados em relação a outras realidades urbanas, propõe-se que pesquisas futuras se debrucem sobre a dimensão formativa e empírica do trabalho dos agentes de segurança, enquanto sua relação com grupos em situação de vulnerabilidade. É possível ainda propor estudos que desvelam como se portam a articulação da rede institucional de atendimento a pessoas em situação de rua, em conexão com as forças de segurança pública, o que ressalta a importância de se pensar sobre a participação desses agentes em políticas e práticas intersectoriais.

Finalmente, é importante enfatizar que o fenômeno “situação de rua”, assim como outros que se mostram multifatoriais, complexos, sensíveis e relacionados às vulnerabilidades sociais, necessita ser compreendido e examinado mediante ampla interpretação, que considere as singularidades, as particularidades e a perspectiva própria desses sujeitos, incluindo a percepção sobre as razões que motivam “o estar” nas ruas, e as nuances da trajetória de vida e sobrevivência deles. É primordial assumir que este é o ponto de partida para a definição e execução de políticas públicas concretas, efetivas e permanentes que se proponham a reduzir e eliminar desigualdades sociais.

Acknowledgements

We would like to thank the article reviewers for their time and contributions to revising and enhancing this manuscript.

Referências

Alcadipani R., Cabral, S., Fernandes A., & Lotta, G. (2020). Street-level bureaucrats under COVID-19: Police officers' responses in

constrained settings. *Administrative Theory & Praxis*, 42(3), 394-403. <https://doi.org/10.1080/10841806.2020.1771906> 2 / 4

Alcadipani R., Lotta, G., & Cohen, N. (2023). Natural born violence? Understanding street-level bureaucrats' use of violence: Police officers and protests. *Public Administration Review*, early view, 1- 15. <https://doi.org/10.1111/puar.13670>

Alcântara, S., Abreu, D., & Farias, A. (2015). Pessoas em situação de rua: Das trajetórias de exclusão social aos processos emancipatórios de formação de consciência, identidade e sentimento de pertença. *Revista Colombiana de Psicologia*, 24(1), 129-143. <https://doi.org/10.15446/rcp.v24n1.40659>

Aldeia, J. (2013). A realocação dos indivíduos sem-abrigo no espaço público. *Cidades, Comunidades e Territórios*, (27), 61-72. <https://doi.org/10.7749/citiescommunitieserritories.dec2013.027.ess01>

Bardin, L. (1994). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Bauman, Z. (2004). *Wasted lives*. Politt Press.

Berk, R., & Macdonald, J. (2010). Policing the homeless: An evaluation of efforts to reduce homeless-related crime. *Criminology & Public Policy*, 9(4), 813-840. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9133.2010.00673.x>

Bonelli, F., Fernandes, A., Coelho, D., & Palmeira, J. (2019). A atuação dos burocratas de nível de rua na implementação de políticas públicas no Brasil: Uma proposta de análise expandida. *Cadernos EBAPE.BR*, 17(spe), 800-816. <https://doi.org/10.1590/1679-395177561>

Braga, A. (2010). The police, disorder, and the homeless. *Criminology & Public Policy*, 9(4), 807-811. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9133.2010.00672.x>

Bursztyn, M. (Org.). (2000). *No meio da rua: Nômades, excluídos, viradores*. Garamond.

Buvik K. (2016). The hole in the doughnut: A study of police discretion in a nightlife setting. *Policing and Society*, 26(7), 771-788. <http://dx.doi.org/10.1080/10439463.2014.989157>

Carneiro, K. (2019). Perigosos ou úteis? Os moradores de rua e a produção do espaço urbano em Belo Horizonte e Bogotá. *Civitas*,

- 19(1), 45-61. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2019.1.30907>
- Carvalho, C., Rondon Filho, E., & De Castilho, S. (2020). *Segurança pública e população em situação de rua*. Dialética.
- Colognese, S.; Melo, J. (1998). A técnica de entrevista na pesquisa social. *Cadernos de Sociologia*, 9(4), 143-160.
- Creswell, J. (2012). *Qualitative inquiry and research design*. Sage Publications.
- Dias, A. (Org.). (2021). *Dados referentes ao fenômeno da população em situação de rua no Brasil*. Marginalia Comunicação.
- Diamond, B., Burns, R., & Bowen, K. (2022). Criminalizing homelessness: Circumstances surrounding criminal trespassing and people experiencing homelessness. *Criminal Justice Policy Review*, 33(6), 563-583. <https://doi.org/10.1177/08874034211067130>
- Escorel, S. (1999). *Vidas ao léu: Trajetórias de exclusão social*. Fiocruz.
- Filgueiras, C. (2019). Morar na rua: Realidade urbana e problema público no Brasil. *Cadernos Metrópole*, 21(46), 975-1004. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4613>
- Frangella, S. (2009). *Corpos urbanos errantes: Uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. Anablume.
- Frehse, F., & O'Donnell, J. G. (2019). Quando espaços e tempos revelam cidades. *Tempo Social*, 31(1), 1-9. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.153111>
- Garland, D. (2001). *The culture of control: Crime and social order in contemporary society*. Oxford University Press.
- Goodison, S. et al. (2020). *The law enforcement response to homelessness: Identifying high-priority needs to improve law enforcement strategies for addressing homelessness*. RAND Corporation.
- Harrits, G., & Møller, M. (2011). Categories and categorization: towards a comprehensive sociological framework. *Distinktion: Journal of Social Theory*, 12(2), 229-247.
- Jacobi, P., & Teixeira, M. A. C. (1997). Criação do capital social: O caso ASMARE - Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 2(2), 1-51. <https://doi.org/10.12660/cgpc.v2n2.43828>
- Kant-de-Lima, R. (2013). Entre as leis e as normas: Éticas corporativas e práticas profissionais na segurança pública e na Justiça Criminal. *Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 6(4), 549-580. <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7436>
- Krameddine, Y., & Silverstone, P. (2016). Police use of handcuffs in the homeless population leads to long-term negative attitudes within this group. *International Journal of Law and Psychiatry*, 44, 81-90.
- Krieger, M., Momesso, C., & Magri, G. (2022). "We Don't Get Sick we're Invisible": The policy aimed at homeless people in the city of São Paulo and its effects during the COVID-19 Pandemic. *International Journal on Homelessness*, 2(2), 69-115. <https://doi.org/10.5206/ijoh.2022.2.13727>
- Lessa, D., & Lobo, C. (2021). Mobility and urban centralities: An analysis based on the motorized flows attraction in Belo Horizonte/State of Minas Gerais/Brazil. *Sustainability*, 13(18), 10128. <http://dx.doi.org/10.3390/su131810128>
- Levy J. (2021). Revanchism via Pedestrianism: Street-level Bureaucracy in the Production of Uneven Policing Landscapes. *Antipode*. 53:906-27. <https://doi.org/10.1111/anti.12702>
- Lima, R., Bueno, S.; & Mingardi, G. (2016). Estado, polícias e segurança pública no Brasil. *Revista Direito GV*, 12(1), 49-85. <http://dx.doi.org/10.1590/2317-6172201603>
- Lipsky, M. (2010). *Street-Level bureaucracy: Dilemmas of the individual in public services*. Russel Sage Foundation. <http://www.jstor.org/stable/10.7758/9781610447713>
- Lu X., Xu H., & Wang W. (2021). Clients' help deservingness, crowd situational stress and discretionary decision-making: An experimental study of regulatory street-level bureaucrats in China. *International Public Management Journal*, 24(2), 287-312. <https://doi.org/10.1080/10967494.2019.1661892>
- Marcus, B., Weigelt, O., Hergert, J., Gurt, J., & Gelléri, P. (2017). The use of snowball

- sampling for multi-source organizational research: Some cause for concern. *Personnel Psychology*, 70, 635-673. <https://doi.org/10.1111/peps.12169>
- Marques, E. (2021). Notes on social conditions, rights and violence in Brazilian cities. *Journal of Iberian and Latin American Research*, 27(1), 21-36.
- Maynard-Moody, S., & Musheno, M. (2015). Playing the rules: discretion in social and policy context. In: P. Hupe, M. Hill, & A. Buffat (Eds.). *Understanding street-level bureaucracy*. pp. 169-186. Bristol: Policy Press.
- Medeiros, F.; Matos, A.; Pagnussat, E.; Oliveira, I. (2020). Entre a benesse e o direito: as políticas de atendimento à população em situação de rua na América Latina. *Psicologia em Estudo*, 25, e45025. <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v25i0.45025>
- Mcnamara, R., Crawford, C., & Burns, R. (2013). Policing the homeless: policy, practice, and perceptions. *Policing*, 36(2), 357-374.
- Minayo, M. (Org.). (2004). *Pesquisa social*. Vozes.
- Misse, M. (2010). Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". *Lua Nova*, (79), 15-38. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452010000100003>
- Monjardet, D. (2003). *O que faz a polícia: Sociologia da força pública*. EDUSP.
- Muniz, J. (1999). "Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser": cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. 1999. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas, Rio de Janeiro.
- Oberfield W. (2012). Socialization and self-selection: How police officers develop their views about using force. *Administration & Society*, 44(6), 702-730. <https://doi.org/10.1177/0095399711420545>
- Olabuénaga, J. (2012). *Metodología de la investigación cualitativa*. Bilbao: Universidad de Deusto.
- Oliveira, L. (2016). A construção das "populações-alvo" nas políticas públicas: o caso dos moradores de rua em São Carlos/SP. In T. Rui; M. Martinez, M., G. Feltran (Orgs), *Novas faces da vida nas ruas* (pp. 67-88). EDUFScar.
- Pimenta, M. (2019). Pessoas em situação de rua em Porto Alegre: Processos de estigmatização e invisibilidade social. *Civitas*, 19(1), 82-104. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2019.1.30905>
- Poncioni, P. (2005). O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do Estado do Rio de Janeiro. *Sociedade e Estado*, 20(3), 585-610. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922005000300005>
- Portillo, S., & Rudes, D. (2014). Construction of justice at the street level. *Annual Review of Law and Social Science*, 10, 321-334.
- Prins, B.; Meijer, I. (2002). Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 155-167. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100009>
- Rosa, C. (2005). *Vidas de rua*. Hucitec; Associação Rede Rua.
- Rui, T.; Martinez, M.; Feltran, G. (Orgs.). (2016). *Novas faces da vida nas ruas*. EDUFScar.
- Salatino, L.; Miranda, J.; Lotta, G. (2019). Políticas públicas para mulheres em situação de rua: reflexões sobre categorização e julgamentos. *Revista Política Hoje*, 28(1), 225-249. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica/hoje/article/view/241557>
- Sicari, A.; Zanella, A. (2018). Pessoas em situação de rua no Brasil: revisão sistemática. *Psicologia: ciência e profissão*, 38(4), 662-679. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003292017>
- Silva, T.; Natalino, M.; Pinheiro, M. (2020). População em situação de rua em tempos de pandemia: um levantamento de medidas municipais emergenciais. *Nota técnica nº 74*. IPEA.
- Silva, W., & Hüning, S. (2015). De morador de rua a criminoso. *Athenea Digital: Revista de pensamento e investigação social*, 15(2), 141-165. <https://doi.org/10.5565/rev/athenea.1479>
- Stuart, F. (2016). Becoming "copwise": Policing, culture, and the collateral consequences of street-level criminalization. *Law & Society Review*, 50(2), 279-313. <https://doi.org/10.1111/lasr.12201>

- Snow, D., Baker, S., & Anderson, L. (1989). Criminality and homeless men: an empirical assessment. *Social Problems*, 36(5), 532-549. <https://doi.org/10.2307/3096817>
- Tsai, J., & Wilson, M. (2020). COVID-19: a potential public health problem for homeless populations. *The Lancet Public Health*, 5(4), e186-e187. [https://doi.org/10.1016/S2468-2667\(20\)30053-0](https://doi.org/10.1016/S2468-2667(20)30053-0)
- Van Ham, M., Tammaru, T., Ubarevičienė, R., & Janssen, H. (2021). *Urban socio-economic segregation and income inequality: A global perspective* (p. 523). Springer Nature.
- Varanda, W.; Adorno, R. (2004). Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. *Saúde e Sociedade*, 13(1), 56-69. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902004000100007>
- Vieira, M.; Bezerra, E.; Rosa, C. (Coord.). (1994). *População de rua – quem é, como vive, como é vista*. Hucitec.
- Welsh, M., & Abdel-Samad, M. (2018) 'You're an embarrassment': Un-housed people's understandings of policing in downtown San Diego. *Criminology, Criminal Justice, Law & Society*, 19(3): 33-49. <https://scholasticahq.com/criminology-criminal-justice-law-society/>
- Zakrison, T. L., Hamel, P. A., & Hwang, S. W. (2004). Homeless people's trust and interactions with police and paramedics. *Journal of Urban Health*, 81(4), 596-605. <https://doi.org/10.1093/jurban/jth143>